



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**28/06/2014**

# INDICE

---

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. SEM ASSUNTO.....	2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. SEM ASSUNTO.....	3 - 6
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. SEM ASSUNTO.....	7 - 10
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. SEM ASSUNTO.....	11 - 12
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. SEM ASSUNTO.....	13
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. COMARCAS.....	14
6.2. SEM ASSUNTO.....	15 - 19

## ■ CAXIAS ■

# Presos recebem assistência de projeto do Judiciário

Prestar atendimento básico de saúde e odontológico aos custodiados, bem como informar sobre o andamento dos processos e concessão de benefícios próprios da execução penal. Esse é o objetivo do projeto de assistência jurídica e de saúde aos presos, realizado pela 5ª Vara da Comarca de Caxias. A primeira ação do projeto ocorreu na última semana, sob a coordenação da juíza Marcela Lobo, titular da unidade judicial.

"Após a correção extraordinária, realizada em razão da posse da minha posse, na 5ª vara, nós sentimos a necessidade de não apenas movimentar os processos, mas de conhecer os presos e sua realidade. Restou demonstrado uma necessidade clara de estabelecer um canal de diálogo com os apenados, que hoje são mais de 130 (cento e trinta) apenas na Central de Custódia de Presos de Justiça em Caxias", explicou Marcela Lobo.

No primeiro dia de atividades do projeto foram atendidos 28 (vinte e oito) internos, sendo destes 7 (sete) provisórios. Em alguns casos foi constatada a ausência de remessa da guia de execução penal definitiva pela comarca de origem, indispensável ao acompanhamento do cumprimento de pena. Será, igualmente, solicitada a emissão da guia provisória nas hipóteses de julga-

mento dos processos com pendência de recurso, a fim de evitar o retardo na concessão dos benefícios.

De acordo com a juíza o projeto conta, ainda, com a participação do promotor Rodrigo Ferro, titular da 5ª Promotoria de Caxias, e da defensora Juliana Rosso, ambos com atuação na Vara de Execuções Penais, que acompanharam ativamente os trabalhos realizados.

"É relevante o contato com os presos, fazendo-os sentir que estão inseridos em uma dinâmica de assistência que pretende reabilitá-los ao convívio estatal. É preciso combater a ansiedade natural que a falta de informação traz quando do cumprimento de pena, permitindo que o constante contato institua um vínculo de confiança entre o Estado e o reeducando", destacou a magistrada.

Dentro do projeto, além das atividades de atendimento e de orientação jurídica, foram realizadas ações de saúde, com o apoio da Secretária de Saúde de Caxias, que indicou médico e odontólogo para assistência básica aos internos. "Essa medida já havia sido discutida e homologada em reunião do Gabinete de Gestão Integrada de Caxias, composto por representantes da segurança pública, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública", finalizou Marcela Lobo.



No primeiro dia de atividades do projeto foram atendidos 28 internos

## Ministro recebe Medalha dos 200 Anos do TJMA



**O ministro aposentado, Castro Meira, visitou o Tribunal de Justiça**

O ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Castro Meira, visitou o Tribunal de Justiça do Maranhão nesta sexta-feira (27), onde foi recebido pela presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire e pelos desembargadores Bayma Araújo e Lourival Serejo.

Acompanhado pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Froz Sobrinho, e do jurista Eduardo Moreira (membro do TRE), o

ministro recebeu da presidente do TJMA a Medalha Especial dos 200 Anos do Tribunal de Justiça, acompanhada de publicações jurídicas editadas pela Corte estadual e disse ter ficado honrado com a homenagem.

O ministro atuou na Justiça Federal e Eleitoral do Maranhão nos anos de 78 e 80 e está em São Luís a convite do TRE para participar da primeira reunião preparatória das eleições de 2014. Em reunião com os juízes eleitorais, ministrou a palestra sobre o tema "Inelegibilidade na Constituição Federal".

# SPCI combate venda de armas e munição em Vargem Grande

Dois comerciantes foram presos durante operação realizada ontem no município

**ITAPECURU-MIRIM** - Uma operação coordenada pela Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI), com o apoio das delegacias regionais de Itapecuru-Mirim, Chapadinha, Timon, Caxias, delegacia de Cururupu e do Grupo Tático Aéreo (GTA), realizou uma operação, ontem, de combate ao tráfico de drogas e de armas no município de Vargem Grande.

Os mandados de busca e apreensão foram expedidos na quinta-feira (26), pelo juiz Cristiano Simas de Sousa. Ao todo, foram expedidos nove mandados, mas os policiais encontraram irregularidades em apenas dois endereços.

Um dos mandados foi cumprido no Comercial Oliveira, localizado na BR-222, nº 30, área urbana de Vargem Grande. No local, foram apreendidas três armas, dois revólveres calibre 38 com numeração raspada e uma espingarda artesanal, de uso pessoal, cigarros clandestinos e vários cartões do programa Bolsa Família e de benefícios previdenciários. O proprietário do comércio, José Duarte de Oliveira, de 55 anos, conhecido como *Zé Ferreira*, foi preso no local.

O outro mandado foi cum-

prido no Comercial Davi, localizado na Rua José Magalhães, nº 665. No local, foram apreendidos cerca de 20 espingardas artesanais, vários cartuchos de espingarda calibres 36 e 20, e uma caixa de pólvora. O proprietário do comércio, Antônio Davi Santana Trabuci, de 55 anos, foi preso no estabelecimento comercial.

Os dois suspeitos foram encaminhados à Delegacia Regional de Itapecuru-Mirim. Os flagrantes foram lavrados pelos delegados regionais de Itapecuru-Mirim, George Antônio Silveira Marques, e de Chapadinha, Jairo Timbó Sales.

Eles foram autuados em flagrante pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo com numeração raspada e tráfico de armas e munições. Eles abasteciam os criminosos da região. A polícia apura também o envolvimento de José Duarte de Oliveira com cartões de benefícios.

O superintendente de Polícia Civil do Interior, Jair Lima de Piva, destacou a importância da operação. "O objetivo principal dessas operações é diminuir a criminalidade, atacando diretamente o tráfico de drogas, que é o protagonista dos crimes de maior potencial", disse ele. O superintendente destacou também o apoio do Judiciário e do Ministério Público, na rapidez com que os mandados foram expedidos.

Fotos/Divulgação



Armas, munição e cartões foram encontrados com José de Oliveira



Espingardas artesanais apreendidas com Antônio Davi Santana

# Presença de menores será fiscalizada em arraiais até amanhã

Equipe da Vara da Infância tem verificado situação de crianças que participam da festa

A 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís intensificou a fiscalização da presença de crianças e adolescentes em eventos juninos da capital. Os trabalhos tiveram início na quinta-feira (26) e seguem até amanhã, quando serão encerrados os festejos juninos da cidade. Até agora, apenas um menor foi retirado de um arraial. Ele estava se apresentando em um grupo de bumba meu boi sem o alvará de autorização expedido pela 1ª Vara.

De 19 a 23 de maio, a 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís abriu inscrições para que grupos folclóricos que se apresentam na temporada junina pudessem solicitar o alvará de autorização para que menores que integrem as brincadeiras pudessem se apresentar. De 2 a 6 deste mês, os grupos folclóricos deveriam buscar os documentos. Este ano, o Serviço de Proteção à Criança e ao Adolescente (SPCA) do órgão recebeu pedidos de 59 grupos juninos, mas seis deles nunca foram buscar as autorizações.

A fiscalização atende ao determinado em portaria editada pela juíza Lívia Maria da Graça Costa Aguiar e se estende até o domingo (29), quando serão encerradas as atividades juninas nos arraiais. “Ontem [dia 26] fiscali-

## Mais

**Os alvarás** judiciais autorizam a participação de crianças de 6 a 12 anos incompletos nas brincadeiras, dentro do limite de até as 24h. Maiores de 12 anos podem participar das brincadeiras após esse horário (24h), desde que autorizados pelos pais ou responsável legal (autorização expressa e escrita), ou acompanhado por estes. Já para a participação de menores de 6 anos em brincadeiras, não é exigido o alvará judicial, mas esses menores devem obrigatoriamente estar autorizados e acompanhados de perto pelos pais ou responsáveis legais e a participação se limita ao horário das 22h.

zamos os arraiais da Lagoa, Vila Palmeira, Ceprama e Maria Aragão, que são os principais da cidade. Também fizemos diligências em outros arraiais. Na Vila Embratel, retiramos um menor que estava se apresentando sem o alvará”, informou Kássio Ribeiro, coordenador da SPCA.

Participam da fiscalização quatro equipes de 10 comissários. Segundo Kássio Ribeiro, o trabalho da equipe de fiscalização consiste em verificar se crianças e adolescentes que integram as agremiações estão devidamente documentadas, com o alvará emitido pela 1ª Vara da Infância.

# Projetos sociais ganham destaque no Poder Judiciário maranhense

Entre os projetos em destaque, estão o *Justiça e Cidadania - Porque fazer o bem faz bem, Caminho Suave Para a Cidadania* e outro, direcionado a crianças e adolescentes em conflito com a lei; em todos, a comunidade participa

O Poder Judiciário do Maranhão tem ampliado a sua área de atuação pautado no desenvolvimento das comunidades nas quais atua. Com destaque em todo o Brasil na realização de julgamentos, o Judiciário maranhense apresenta, também, projetos nas comarcas e nos termos judiciais.

Nessa linha, destaque para alguns projetos, entre os quais *Justiça e Cidadania - Porque fazer o bem faz bem, Caminho Suave Para a Cidadania* e o mais recente desenvolvido em Viana, direcionado a crianças e adolescentes em conflito com a lei.

Lançado pela juíza Raquel Teles em 2011, na Comarca de Governador Nunes Freire, da qual era titular à época, o projeto *Justiça e Cidadania - porque fazer o bem faz bem* visa aproximar o Poder Judiciário da comunidade local.

Segundo a magistrada, a iniciativa se dá mediante a realização de palestras acerca dos direitos e deveres dos cidadãos, bem como incentiva a cidadania na sociedade local por meio de doações para os beneficiários do projeto.

Em ação recente, foi realizada uma palestra para mais de 300 mulheres, destacando os principais pontos da Lei Maria da Penha. Atualmente, o *Justiça e Cidadania* tem suas ações desenvolvidas em Matões, comarca da qual Raquel Teles é titular.

**Passagem Franca** - Na Comarca de Passagem Franca, o destaque é o projeto *Caminho Suave Para a Cidadania*, direcionado à inclusão social de crianças e adolescentes por meio da prática do judô. O projeto foi instituído na comarca pelo juiz Davi Meneses em abril de 2013.

A iniciativa conta com o apoio do promotor de Justiça da comarca, Carlos Pinto de Almeida Júnior, e da administração municipal de Passagem Franca.

"Temos cerca de 70 alunos inscritos no projeto. Trabalhamos, além da prática do esporte, na educação moral de crianças e jovens, sempre contando com o apoio do Ministério Público", ressaltou o juiz.

Ainda de acordo com o magistrado, qualquer interessado pode participar do projeto. Os que forem enquadrados como de baixa renda não precisarão pagar, nem mesmo pelo kimono (roupa utilizada na prática esportiva) que utilizarão.

Os que não preencherem os requisitos daquela categoria (nos termos dos artigos: 3º e 4º da Portaria nº 04/2013, necessitarão pagar R\$ 25,00 de mensalidade e o valor do kimono, que varia de R\$ 95,00 a R\$ 120,00, dependendo do tamanho. Neste caso, o valor da mensalidade é revertido para a manutenção do projeto.

**Resultados** - Entre as conquistas mais recentes, as judocas Aline Paiva, Gonzala Silva e Michelle Alves, atletas do *Caminho Suave Para a Cidadania* foram medalhistas no Campeonato Brasileiro da Região I, que envolve os estados do Maranhão, Amapá, Ceará, Pará e Piauí.

A competição foi realizada no mês de abril em Fortaleza (CE) e contou com a participação de 511 atletas. Gonzala Silva e Aline Paiva obtiveram o vice-campeonato em suas categorias, e Michelle Alves foi terceira colocada. Seis alunas que participam do projeto haviam sido selecionadas para participar da competição.

“

Temos cerca de 70 alunos inscritos no *Caminho Suave Para a Cidadania*. Trabalhamos, além da prática do esporte, na educação moral de crianças e jovens”

Davi Meneses  
Juiz



O projeto *Casamento Comunitário* é um das ações do Judiciário mais solicitadas pelas comunidades da capital e do interior do estado; milhares de casais já oficializaram a união

## Crianças e adolescentes em conflito com a lei

Em Viana, o Judiciário está trabalhando para colocar em prática um projeto de integração entre os setores público e privado para a criação de desenvolvimento de programas de auxílio à criança e adolescentes em conflito com a lei.

A iniciativa, de autoria do juiz Reginaldo de Jesus Cordeiro, titular da 2ª Vara, deverá ser colocada em prática nos próximos meses, e tem a projeção de atender 30 crianças e adolescentes.

As atividades do projeto acontecerão no espaço da entidade Casa Linda, com professores voluntários e do Município e, ainda, com o acompanhamento da assistência social.

O projeto tem a parceria da secretária municipal de Assistência Social, Suzane Muniz Mendes; representantes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Conselho Tutelar, das en-

tidades filantrópicas Associação Filhas de São José e Casa Linda e da sociedade civil.

O projeto visa à criação de oficinas e aulas de reforço escolar, computação, artesanato e aulas de músicas. "É um projeto que vai abraçar o maior número de crianças e adolescentes possível, e nossa intenção é de que ele esteja funcionando daqui a dois meses. O Poder Judiciário contribuirá com a destinação de cestas bá-

sicas e de material para as oficinas, oriundos de transação penal", destacou o magistrado.

A Justiça maranhense ainda conta com uma série de serviços disponíveis ao cidadão, a exemplo dos projetos *Casamentos Comunitários*, *Reconhecimento de Paternidade*, *Casa Abrigo*, *Justiça nos Bairros*, *Unidade Móvel de Trânsito*. Informações sobre estes e outros projetos do Judiciário podem ser obtidas pelo Telejudiciário: 0800 707 1581.

# Unidades judiciais do Maranhão vão ganhar **selo de reconhecimento do CNJ**

Pag. 11

# Unidades judiciais do Maranhão vão ganhar selo de reconhecimento do CNJ

Os selos qualidade Enasp são conferidos pelo CNJ às unidades jurisdicionais de acordo com a quantidade de júris realizados na semana

O Conselho Nacional de Justiça vai premiar a 1ª e a 3ª Varas do Tribunal do Júri de São Luís e a Vara Única da Comarca de Santa Helena pelo bom desempenho durante a Semana Nacional do Júri, realizada de 17 a 21 do último mês de março. No período, as varas realizaram, respectivamente, 05, 04 e 04 julgamentos, alcançando a meta da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp).

Coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça, durante a semana milhares de sessões do tribunal do júri foram realizadas em todo o país, nas quais foram levados a julgamento acusados de crimes dolosos contra a vida com denúncia realizada até 31 de dezembro de 2009. Conforme estabelecida na Meta Enasp, todas as unidades judiciais com competência para esse tipo de julgamento deverão promover o evento anualmente.

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, destaca que o resultado alcançado reflete o compromisso dos juízes maranhenses em atender aos anseios da sociedade. "O cidadão maranhense pode contar com um quadro de magistrados competentes e atuantes, que tem dado respos-



As varas alcançaram as metas durante a Semana Nacional do Júri

ta para os problemas sociais que desaguam no Judiciário. Fica o reconhecimento do CNJ, mas fica também o da Corregedoria, que acompanha o trabalho diário realizado pelos juízes maranhenses", declarou a corregedora.

**A META** - A Enasp foi criada há dez anos e é uma iniciativa que envolve a parceria do CNJ, Ministério da Justiça e do

Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com a finalidade de integrar os órgãos responsáveis pela segurança pública no combate à violência.

O SELO - Os selos qualidade Enasp são conferidos pelo CNJ às unidades jurisdicionais de acordo com a quantidade de júris realizados na semana. Receberá o Selo Bronze a unidade judicial que realizou quatro ses-

sões do tribunal do júri. Já o Selo Prata vai para a unidade que julgou 80% dos estoques de ações penais. O Selo Ouro irá para a vara que conseguiu acabar com o todo estoque de ações penais.

No Maranhão, o trabalho de organização das metas Enasp está sob a responsabilidade do juiz Mário Marcio, gestor de metas e estratégias da Justiça de 1º grau.

## REUNIÃO NO TJMA



A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, recebeu um grupo de advogados conduzidos pelo presidente da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil, Mário Macieira, que relataram a situação de algumas comarcas que se encontram com o cargo de juiz vago. Durante a audiência, a presidente do TJMA reconheceu que há necessidade de nomeação de, no mínimo, mais 40 juízes e 120 servidores para atuar nas comarcas do interior, mas informou que o Poder Judiciário está impedido de admitir pessoal por insuficiência de recursos, necessitando de suplementação orçamentária já requerida ao Executivo estadual.

## PINTURA

# Fórum de São Luís lança edital para exposição artística

A Diretoria do Fórum Desembargador Sarney Costa, com apoio da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, lançou, nesta sexta-feira (27), edital para seleção de pinturas que vão compor a Exposição Integração e Cidadania, que será instalada nas dependências do fórum, que fica localizado no Bairro Calhau.

O seletivo é voltado exclusivamente para artes plásticas, na categoria pintura, que deverão estar prontas para serem expostas na realização da inscrição. Cada artista poderá inscrever até 10 (dez) trabalhos

As inscrições para a exposição começam nesta segunda (30) e ficarão abertas até o pró-

ximo dia 11 de julho. Os interessados podem se inscrever por email ([arte@tjma.jus.br](mailto:arte@tjma.jus.br)), diretamente na Diretoria do Fórum Desembargador Sarney Costa, que funciona no 5º andar ou, ainda, na Assessoria de Comunicação da Corregedoria Geral da Justiça, Rua Engenheiro Couto Fernandes, s/nº, Centro, São Luís, Maranhão (ao lado do Banco do Brasil da Praça Dom Pedro II), sempre no horário de 08h às 18h.

De acordo com a desembargadora Nelma Sarney, corregedora da Justiça, esta é mais uma ação desenvolvida em parceria com a Diretoria do Fórum de São Luís visando à promoção da rica cultura existente no Es-

tado. "É uma boa oportunidade para artistas plásticos mostrarem seus valores. Um dos objetivos de nossa gestão é utilizar os espaços do fórum para a promoção dos valores da nossa gente, a fim de contribuir para aproximar o Judiciário do cidadão", destacou.

A Exposição Artística Integração e Cidadania será instalada no Fórum Desembargador Sarney Costa, situado na Avenida Carlos Cunha, s/nº, Bairro Calhau, espaço onde as obras deverão ficar por pelo menos 30 dias.

Para o diretor do Fórum de São Luís, juiz Osmar Gomes, a exposição está alinhada com proposta humanitária da

valorização de servidores e magistrados que atuam no fórum, somada à criação de um ambiente mais leve para o público, de cerca de 5 mil pessoas, que circula diariamente pelo prédio. "Aliado ao bom trabalho jurídico que estamos desenvolvendo, estamos valorizando as pessoas que fazem a Justiça de nosso Estado, ao passo que promovemos cultura e a arte para os nossos cidadãos", afirmou o juiz.

A Diretoria do Fórum chama atenção dos artistas para as regras constantes no edital e lembra que não serão aceitos trabalhos escolares, fotografias publicitárias ou de eventos.

## CONSUMIDORES

# Acordo virtual para consumidor

Plataforma que tentará resolver impasses criados pela má prestação de serviços será administrada pela Secretaria Nacional do Consumidor, órgão ligado ao Ministério da Justiça

**A** partir da próxima segunda-feira (30), os consumidores brasileiros contam com um novo site para tentar resolver impasses criados pela má prestação de serviços. Criado para permitir que reclamantes e empresas reclamadas cheguem a um acordo sem a intervenção do Poder Judiciário, o portal [consumidor.gov.br](http://consumidor.gov.br) é diferente de outros sites de reclamações existentes na internet porque permite que o Poder Público elabore e implemente políticas de defesa do consumidor a partir das principais informações disponibilizadas pelos usuários do serviço.

A plataforma foi desenvolvida e será administrada pela Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça. O serviço já pode ser consultado



por consumidores de doze unidades da federação: Acre, Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

"A soma da população desses 12 estados representa quase 60% da população brasileira", disse a secretária nacional do Consumidor, Juliana Pereira. A expectativa do governo é que o serviço esteja disponível aos consumidores de todo o país a partir de 1º de setembro deste ano, quando, segundo Juliana, as equipes dos Procons estaduais que ainda não contam com o serviço já terão sido treinadas.

Ao apresentar o site, junto com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a secretária disse que a nova ferramenta vai estender o alcance do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, já que, das 5.570 cidades brasileiras, apenas 800 contam com um escritório do Procon. "Temos um imenso número de brasileiros que não têm onde reclamar, onde se manifestar. Com isso, o Estado segue não sabendo o que acontece em relação ao atendimento a esses consumidores".

Por se tratar de um serviço



**Buscamos uma solução alternativa para os conflitos de consumo. Com ele, o país vai ganhar mais transparência nas relações de consumo. Para as empresas, isso é bom porque elas passarão a ter um diagnóstico preciso. O Brasil como um todo ganha, pois uma ação judiciária, hoje, custa muito. Inclusive socialmente, já que gera descrença e desconfiança**

**Juliana Pereira, secretária nacional do Consumidor**

mantido pelo Estado, só será possível apresentar queixas contra as empresas que aderirem voluntária e formalmente ao site. De acordo com a secretária nacional, mais de cem empresas já manifestaram o interesse em se associar ao consumidor.gov.br, entre elas Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Caixa, Santander, Embratel, Vivo, Claro, Oi, Tim, Amil, Avianca e várias outras.

"Buscamos uma solução alternativa para os conflitos de consumo. Com ele, o país vai ganhar mais transparência nas relações de consumo. Para as empresas, isso é bom porque elas passarão

a ter um diagnóstico preciso. O Brasil como um todo ganha, pois uma ação judiciária, hoje, custa muito. Inclusive socialmente, já que gera descrença e desconfiança", acrescentou a secretária, explicando que, ao apresentar sua reclamação, o consumidor terá que se identificar e apresentar todos os dados e informações que subsidiem sua queixa.

Já o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou que a intenção do governo não é criar um "muro das lamentações", onde as queixas sejam registradas sem solução. "Estamos criando um muro de soluções,

onde as próprias empresas que respeitam a cidadania de seus consumidores dêem as soluções necessárias. Vamos criar um ambiente de respeito e proximidade entre as empresas e os consumidores, dando um importante passo para desafogar o Poder Judiciário".

O site servirá para estimular a conciliação, mas quando o consumidor não se sentir satisfeito com a resposta ou providências adotadas pelas empresas, deverá procurar o Procon ou o Poder Judiciário. "Àquelas empresas que reiteradamente descumprem o direito do consumidor cabem as sanções administrativas, as multas e demais punições", explicou.



**A soma da população desses 12 estados representa quase 60% da população brasileira**

**Juliana Pereira, secretária nacional do Consumidor**

## MP requer anulação de licitação para serviços de limpeza pública em Imperatriz

A 3ª Promotoria de Justiça Especializada de Meio Ambiente e Educação de Imperatriz ingressou, na quarta-feira, 25, com uma Ação Cautelar Inominada na qual requer a anulação da concorrência pública nº 003/2013, para a contratação de empresa responsável pelos serviços de limpeza urbana. O edital da licitação não leva em conta as exigências da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Imperatriz não possui, até o momento, um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, o que já levou o Ministério Público do Maranhão a encaminhar Recomendação e firmar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Executivo Municipal. O acordo, no entanto, nunca foi cumprido pelo Município.

Paralelamente, a Prefeitura de Imperatriz abriu uma concorrência pública para a contratação de empresa especializada em limpeza pública. Atualmente, o processo encontra-se suspenso pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e pelo Tribunal de Justiça (TJ), devido a recursos de empresas participantes do certame. O TCE, em sua decisão, também determinou a correção de itens do edital, para adequá-lo às normas ambientais existentes.

No projeto básico que deu origem ao edital da concorrência pública 003/2013, consta que o Plano de Saneamento Básico e o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos ainda não estavam concluídos e que as adequações deveriam ser feitas posteriormente, por meio de aditivo contratual. Para o promotor Jadilson Cirqueira de Sousa, a necessidade de adequação das empresas após a assinatura do contrato poderá gerar prejuízos ao município.

De acordo com o promotor, a continuação de qualquer processo licitatório sem as devidas modificações gerará, além dos danos ambientais, prejuízos aos cofres públicos e à própria empresa contratada com equipamentos, como caminhões compactadores e mão de obra especializada, que não se adequam às determinações legais.

“Permitir que o processo licitatório ou uma contratação ocorra antes das adequações definidas pela lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a menos de um mês para o fim dos lixões em todo Brasil, além de clara demonstração de não cumprimento do TAC assinado com o MP, seria o mesmo que se antecipar ao descumprimento da lei”, observou Jadilson Cirqueira.

Na ação, além da anulação da concorrência pública nº 003/2013, o Ministério Público requer que o Município de Imperatriz se abstenha de realizar qualquer outro processo licitatório sobre o mesmo objeto e readeque o projeto básico que trata da contratação de serviço de limpeza urbana, de acordo com o que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos. (Rodrigo Freitas / CCOM-MPMA)

# Presidiários em Caxias recebem assistência de projeto do Judiciário

Prestar atendimento básico de saúde e odontológico aos custodiados, bem como informar sobre o andamento dos processos e concessão de benefícios próprios da execução penal. Esse é o objetivo do projeto de assistência jurídica e de saúde aos presos, realizado pela 5ª Vara da Comarca de Caxias. A primeira ação do projeto ocorreu na última semana, sob a coordenação da juíza Marcela Lobo, titular da unidade judicial.

“Após a correição extraordinária, realizada em razão da posse da minha posse, na 5ª vara, nós sentimos a necessidade de não apenas movimentar os processos, mas de conhecer os presos e sua realidade. Restou demonstrado uma necessidade clara de estabelecer um canal de diálogo com os apenados, que hoje são mais de 130 (cento e trinta) apenas na Central de Custódia de Presos de Justiça em Caxias”, explicou Marcela Lobo.

No primeiro dia de atividades do projeto foram atendidos 28 (vinte e oito) internos, sendo destes 7 (sete) provisórios. Em alguns casos foi constatada a ausência de remessa da guia de execução penal definitiva pela comarca de origem, indispensável ao acompanhamento do cumprimento de pena. Será, igualmente, solicitada a emissão da guia provisória nas hipóteses de julgamento dos processos

com pendência de recurso, a fim de evitar o retardo na concessão dos benefícios.

De acordo com a juíza o projeto conta, ainda, com a participação do promotor Rodrigo Ferro, titular da 5ª Promotoria de Caxias, e da defensora Juliana Rosso, ambos com atuação na Vara de Execuções Penais, que acompanharam ativamente os trabalhos realizados.

“É relevante o contato com os presos, fazendo-os sentir que estão inseridos em uma dinâmica de assistência que pretende reabilitá-los ao convívio estatal. É preciso combater a ansiedade natural que a falta de informação traz quando do cumprimento de pena, permitindo que o constante contato institua um vínculo de confiança entre o Estado e o reeducando”, destacou a magistrada.

Dentro do projeto, além das atividades de atendimento e de orientação jurídica, foram realizadas ações de saúde, com o apoio da Secretária de Saúde de Caxias, que indicou médico e odontólogo para assistência básica aos internos. “Essa medida já havia sido discutida e homologada em reunião do Gabinete de Gestão Integrada de Caxias, composto por representantes da segurança pública, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública”, finalizou Marcela Lobo.

## IMPERATIZ

# Vistorias do MPMA constataam carência de leitos de UTI

Após inspeções realizadas em hospitais de Imperatriz, a Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde e de Registros Públicos constatou que o agravamento do problema da carência de leitos de Unidades de Terapia Intensiva, adultos e infantis, no município ocorreu principalmente devido ao recente aumento da procura por leitos de UTI na Região Tocantina.

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) instaurou Inquérito Civil neste mês de junho para coletar informações, documentos, perícias e outros dados referentes ao retorno da crise do número insuficiente de leitos no município.

Durante vistorias realizadas em junho no Hospital Municipal de Imperatriz, o Socorrão, e nos demais estabelecimentos de saúde onde existem leitos de UTI conveniados com o SUS –

Hospital Unimed, Hospital das Clínicas, Hospital Santa Mônica e Hospital São Rafael – foi observado que os leitos estavam funcionando normalmente.

De acordo com o promotor de Justiça da Saúde, Newton de Barros Bello Neto, responsável pela investigação, o agravamento da carência de leitos não tem como única causa o modo de administrar das unidades hospitalares, mas se deve principalmente ao real aumento da demanda de pacientes necessitando do serviço, em especial aqueles oriundos de outras cidades da região e até de outros estados.

Para o promotor, está claro que a quantidade de leitos de UTI existentes em Imperatriz não atende a demanda de forma adequada.

Newton Bello Neto afirmou que o MPMA tomou conheci-

mento do problema após o crescimento do número de atendimentos realizados pela Promotoria e por promotores de plantão, que tiveram de ajuizar ações cautelares para garantir o atendimento de cidadãos nas UTIs.

Conforme o resultado das demais averiguações, serão tomadas as medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis para o cumprimento das obrigações constitucionais relativas à regularização da oferta deste serviço de saúde à população.

“O retorno da situação de carência de leitos de UTI – tal qual existiu durante alguns anos no município, quando a insuficiência da oferta deste serviço atingia índices verdadeiramente desumanos – constitui fato que não pode ser admitido sob qualquer circunstância. Por esse motivo, o Ministério Público monitora de forma constante e

efetiva a manutenção do quantitativo e qualitativo suficiente de leitos para o atendimento dos pacientes.”

**ANTECEDENTES** – Em setembro de 2012, a Justiça acolheu pedido de Ação Civil Pública do MPMA e obrigou o Estado do Maranhão a pôr em funcionamento 20 leitos de UTI, que tinham sido habilitados pelo Ministério da Saúde. O objetivo do Ministério Público era solucionar temporariamente a carência de leitos em Imperatriz.

A Portaria nº 1101/2002 do Ministério da Saúde prevê, segundo os parâmetros da OMS (Organização Mundial de Saúde), que devem existir em cada cidade 2,5 a 3 leitos hospitalares a cada 1000 habitantes e os leitos de UTI devem atender a um percentual entre 4% a 10% dos leitos hospitalares. (Ascom / MPMA)

## *Licitação para serviços de limpeza pode ser anulada em Imperatriz*

A 3ª Promotoria de Justiça Especializada de Meio Ambiente e Educação de Imperatriz ingressou, na quarta-feira (25), com uma Ação Cautelar Inominada na qual requer a anulação da concorrência pública nº 003/2013, para a contratação de empresa responsável pelos serviços de limpeza urbana. O edital da licitação não leva em conta as exigências da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Imperatriz não possui, até o momento, um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, o que já levou o Ministério Público do Maranhão a encaminhar Recomendação e firmar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Executivo Municipal. O acordo, no entanto, nunca foi cumprido pelo Município.

Paralelamente, a Prefeitura de Imperatriz abriu uma concorrência pública para a contratação de empresa especializada em limpeza pública. Atualmente, o processo encontra-se suspenso pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e pelo Tribunal de Justiça (TJ), devido a recursos de empresas participantes do certame. O TCE, em sua decisão, também determinou a correção de itens do edital, para adequá-lo às normas ambientais existentes.

No projeto básico que deu origem ao edital da concorrência pública 003/2013, consta que o Plano de Saneamento Básico e o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos ainda não es-

tavam concluídos e que as adequações deveriam ser feitas posteriormente, por meio de aditivo contratual. Para o promotor Jadilson Cirqueira de Sousa, a necessidade de adequação das empresas após a assinatura do contrato poderá gerar prejuízos ao município.

De acordo com o promotor, a continuação de qualquer processo licitatório sem as devidas modificações gerará, além dos danos ambientais, prejuízos aos cofres públicos e à própria empresa contratada com equipamentos, como caminhões compactadores e mão de obra especializada, que não se adequam às determinações legais.

“Permitir que o processo licitatório ou uma contratação ocorra antes das adequações definidas pela lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a menos de um mês para o fim dos lixões em todo Brasil, além de clara demonstração de não cumprimento do TAC assinado com o MP, seria o mesmo que se antecipar ao descumprimento da lei”, observou Jadilson Cirqueira.

Na ação, além da anulação da concorrência pública nº 003/2013, o Ministério Público requer que o Município de Imperatriz se abstenha de realizar qualquer outro processo licitatório sobre o mesmo objeto e readeque o projeto básico que trata da contratação de serviço de limpeza urbana, de acordo com o que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos. (Ascom / MPMA)

# Maranhão corre risco de fazer eleição sem juiz, alerta presidente do TJMA

A presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargadora Cleonice Freire, revelou, ontem, que o Maranhão corre o risco de realizar as eleições deste ano sem juiz para conduzir o processo eleitoral nas comarcas. A revelação foi feita, ontem, pela manhã, no Tribunal de Justiça, durante reunião entre Cleonice Freire e uma comissão de advogados da OAB-MA comandada pelo presidente da entidade, Mário Macieira.

PÁGINA 3 | C1

# Maranhão corre risco de fazer eleição sem juiz, alerta presidente do TJMA

A presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargadora Cleonice Freire, revelou, ontem, que o Maranhão corre o risco de realizar as eleições deste ano sem juiz para conduzir o processo eleitoral nas comarcas.

A revelação foi feita, ontem, pela manhã, no Tribunal de Justiça, durante reunião entre Cleonice Freire e uma comissão de advogados da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Maranhão (OAB-MA), comandada pelo presidente da entidade, Mário Macieira.

Na reunião, os advogados relataram, também, a situação de algumas comarcas que se encontram com o cargo de juiz vago. A presidente do TJ reconheceu que há necessidade de nomeação de, no mínimo, mais 40 juízes e 120 servidores para atuar nas comarcas do interior, mas informou que o Poder Judiciário está impedido de admitir pessoal por insuficiência de recursos, necessitando de suplementação orçamentária já requerida ao Executivo estadual. "Estamos correndo o risco de realizar as eleições deste ano sem juiz para conduzir o processo eleitoral nas comarcas", disse a desembargadora aos advogados.

**Pauta** – Cleonice comunicou à OAB-MA que na última quinta-feira (27) apresentou à governadora Roseana Sarney uma pauta de solicitações relativas às necessidades financeiras e de pessoal do Judiciário, que incluiu o repasse dos valores dos precatórios em atraso, e que aguarda a resposta do governo nos



CLEONICE FREIRE com Mário Macieira e demais integrantes da OAB-MA

próximos dias.

"Há comarcas e varas sem juiz e a carência de pessoal implica a falta da prestação efetiva da Justiça. As nomeações representam um impacto financeiro e estamos solidários com o Poder Judiciário quanto à necessidade de atendimento, com urgência, as solicitações feitas ao Executivo. Quanto a essa questão, vamos aguardar o desdobramento da

negociação iniciada pelo Tribunal" disse Macieira, após o encontro.

Participaram da reunião o diretor geral do TJMA, Hebert Leite; o secretário-geral adjunto da OAB, Ulisses Martins Sousa; o presidente da Comissão de Prerrogativas, Herivelton Lago; o presidente do Tribunal de Ética e Disciplina, Windsor Santos, e outros advogados.

**Precatórios** – O atraso no repas-

se de valores para pagamento dos precatórios devidos pelo Executivo estadual foi outra reivindicação apresentada pela OAB-MA. Mário Macieira informou que o Conselho Seccional da entidade aprovou medidas legais cabíveis para representar contra os gestores responsáveis pelo atraso no pagamento das dívidas judiciais.

(Veja matéria na página 2)

“ Há comarcas e varas sem juiz e a carência de pessoal implica a falta da prestação efetiva da Justiça. As nomeações representam um impacto financeiro e estamos solidários com o Poder Judiciário quanto à necessidade de atendimento, com urgência, as solicitações feitas ao Executivo. ”

(Mário Macieira, presidente da OAB-MA)

## **Acusado por homicídio é condenado a 14 anos de prisão em Fortaleza dos Nogueiras**

A juíza Nirvana Maria Mourão Barroso, titular da 3ª Vara Criminal de Balsas, presidiu um julgamento em Fortaleza dos Nogueiras, termo judiciário da comarca. O acusado, Carlos Santos da Silva, foi considerado culpado e sofreu a pena de 14 anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado. Sobre o réu, a acusação de ter matado Pedro Ferreira da Silva Júnior.

De acordo com informações do inquérito, no dia 30 de novembro de 2012, o acu-

sado foi até a casa da vítima para cobrar a quantia de 10 reais. Sem receber o dinheiro, houve uma discussão e Carlos Santos deu um soco no estômago de Pedro Júnior. Em seguida, o acusado pegou um facão e começou a dar golpes na cabeça da vítima. Mão satisfeito, armou-se com um machado e continuou a golpear a cabeça da vítima até matá-la.

Depois de cometer o crime, Carlos Santos ficou bebendo no local até que a polícia chegasse. Ele confessou o crime. Ele foi condenado por homicídio duplamente qualificado.

Além da magistrada, que presidiu a sessão do Tribunal do Júri, atuaram o promotor de Justiça José Jailton Andrade Cardoso, e o advogado de defesa Maurício Teixeira Rego. A sessão ocorreu na Escola Municipal São Raimundo Nonato, em Fortaleza dos Nogueiras.